

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Trump ameaça taxar aço do Brasil e constrange Bolsonaro.....	2
Título: ‘Humilhação’, dizem observadores sobre tuíte de Trump	4
Título: Siderúrgicas devem pedir ajuda a clientes americanos.....	6
Título: Produção de petróleo sobe 13,4% em outubro.....	7
Título: Projeto sobre segurança de barragens entra na pauta	9
Título: Gasoduto amplia cooperação Rússia-China.....	9
Título: Destaques	11
Título: Distribuição recebe mais aporte privado.....	11
Título: AES faz parceria com Anglo American e avança com projeto eólico na Bahia	13
Título: Odebrecht terá três anos para vender Braskem e quitar dívidas.....	15
Título: Curtas	16
Título: Vale tenta reconquistar confiança do mercado	17
Título: Rejeito a seco vai ter investimento de US\$ 1,8 bilhão	20
Título: Investimento poderia atingir US\$ 5 bi ao ano, diz Abiquim	22
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	23
Título: Em revés para governo, Trump diz que vai taxar aço brasileiro.....	23
Título: Anúncio de Trump surpreende até diplomacia dos EUA.....	25
Título: Amigos, amigos, negócios à parte	27
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	28
Título: Trump diz que vai retomar tarifas sobre aço do Brasil.....	28
Título: Declaração de Trump de que Brasil desvaloriza o real surpreende governo	30
VEÍCULO: O Globo.....	33

Título: Banco do Brasil entra no radar das privatizações	33
Título: Mais de mil funcionários aderem ao PDV da BR Distribuidora.....	35
Título: Trump anuncia taxaço do aço do Brasil e da Argentina	35
Título: Vão transportar de caminhão?	39
Título: Por ironia, inimigo dos EUA somos nós	40
Título: Trump vai sobretaxar o aço brasileiro	41
Título: Balança: pior novembro desde 2015	44

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa e Fabio Graner — De Brasília

Título: Trump ameaça taxar aço do Brasil e constrange Bolsonaro

O governo brasileiro passou o dia de ontem tentando entender os efeitos do anúncio feito via Twitter pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que voltará a taxar o aço e o alumínio produzidos no Brasil. No início da noite, entretanto, a única informação concreta que o Palácio do Planalto tinha sobre as intenções de Trump era o conteúdo de seu tuíte.

“O Brasil e a Argentina têm promovido uma desvalorização maciça de suas moedas, o que não é bom para os nossos agricultores. Portanto, de maneira efetiva e imediata, restaurarei as tarifas de todos os aços e alumínio enviados para os EUA a partir desses países”, escreveu o presidente americano.

Os sul-americanos haviam sido isentos da taxaço no ano passado, depois que Trump anunciou tarifas de 25% sobre as importações de aço e de 10% sobre o alumínio, como forma de blindar o mercado americano. A retirada de Brasil e Argentina, além da Austrália, dessa lista foi feita por pressão da indústria americana.

Além de ter sido pego surpresa com o anúncio, o presidente Jair Bolsonaro passou pelo constrangimento de ter que responder sobre o alinhamento de seu governo com os EUA.

Ele comentou o assunto publicamente por três vezes ao longo do dia. Pela manhã, ao deixar o Palácio da Alvorada, afirmou que conversaria com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar do assunto. Mas ponderou que telefonaria para Trump, com quem tem “um canal aberto”, se isso fosse necessário.

Depois, em entrevista a uma rádio mineira, Bolsonaro disse que o anúncio dá “munição para os nossos opositores aqui”. Afirmou ainda não ver a medida como “retaliação”. E reiterou a promessa de conversar com Trump.

“Vou conversar com ele para ver se não nos penaliza com essa sobretaxa ao aço e alumínio. Tenho quase certeza de que ele vai nos atender”, afirmou.

À noite, em entrevista à TV Record, disse “sabemos que tem eleição no ano que vem, isso faz parte de sua estratégia política, mas nós somos um grande parceiro”.

Essa última fala de Bolsonaro reflete a sensação que lhe foi passada por auxiliares, de que o anúncio de Trump reflete sua preocupação em se reeleger em 2020 - além de um “profundo desconhecimento sobre o que provoca a desvalorização das moedas de Brasil e Argentina”, segundo uma fonte.

“Estamos explicando para os americanos algumas coisas que talvez não estejam bem claras”, disse essa fonte. “Diferentemente da China, com quem os EUA travam uma guerra comercial, o câmbio no Brasil não é controlado.”

Nesse sentido, técnicos brasileiros tentarão demonstrar aos americanos que o Banco Central está, inclusive, agindo para tentar conter a alta do dólar.

O telefonema entre Trump e Bolsonaro não aconteceu. Mas o presidente mobilizou dois ministros e alterou a sua agenda para discutir o assunto.

Além de Guedes, o tema foi levado ao chanceler Ernesto Araújo, que teve uma reunião de última hora com Bolsonaro acompanhado do presidente da Camex (Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior), Carlos Roberto Pio da Costa Filho, no Planalto.

“Nós estamos conversando em vários níveis, com várias autoridades em Washington para tentar entender [o anúncio de Trump]”, disse Araújo após a reunião. “Vamos, claro, avaliar o impacto, avaliar exatamente que tipo de medida os EUA estão pensando.”

Questionado pelo **Valor**, ele confirmou que, por enquanto, a principal informação de que o Brasil dispõe sobre o tema é o tuíte de Trump. “Por enquanto, sim”, disse. “A gente sabe que é um setor que desde o ano passado já preocupava os americanos. Então, vamos tentar entender e depois ver como a gente vai conversar com os EUA, com muita calma. Vamos chegar a um entendimento sobre isso.”

O governo tentará expor aos americanos alguns motivos para não taxar o produto nacional. Dentre eles, estaria uma suposta superioridade do aço brasileiro consumido pelos empresários americanos, o que configuraria “um tiro no pé” dos EUA. Outro ponto levantado é que o Brasil é um dos poucos países que têm déficit comercial com os americanos, e um dos maiores destinos de seus bens manufaturados. De janeiro a outubro, a balança comercial entre Brasil e Estados Unidos acumulou déficit de US\$ 1,13 bilhão. **(Colaboraram Edna Simão, Mariana Ribeiro e Matheus Schuch)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira — De Genebra

Título: ‘Humilhação’, dizem observadores sobre tuíte de Trump

Analistas indicam que apesar da convergência de posições, Brasil não ganhou nada até agora com a aproximação

A forma como o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a retomada de sobretaxas contra o aço e alumínio do Brasil e da Argentina é tão ou mais importante do que a medida em si, considerando o alinhamento incondicional de Jair Bolsonaro e de Mauricio Macri com o ocupante da Casa Branca.

Essa é a avaliação entre importantes observadores na cena internacional, que veem o tuíte de Trump como completando a humilhação imposta no rastro do apoio nunca concretizado para o Brasil iniciar negociação de acesso à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O tuíte de Trump pegou o governo brasileiro totalmente de surpresa. A embaixada em Washington foi acionada rapidamente para obter detalhes do que, na área diplomática, alguns consideravam “tuíte eleitoral” de Trump. Aparentemente nem membros importantes do USTR, a agência de representação comercial americana, estavam a par da postura de Trump.

A sobretaxação do aço e do alumínio brasileiro já era considerada algo superado, na visão brasileira. Agora a constatação é de que o argumento americano, de impor sobretarifa nesses produtos com base em segurança nacional, é uma retaliação sem sentido e ilegal.

Mas no exterior foi mesmo a forma como Trump alvejou o Brasil e a Argentina que mais chamou atenção. Para um importante observador, o tuíte de Trump é uma “lição a aprendizes de feiticeiro em Brasília, mostrando que ser ‘capacho’ não gera ganho para o país”.

A constatação é que, mesmo quando os EUA não eram governados pela truculência de Trump, nunca um alinhamento incondicional resultou positivo para um país. Ou seja, Washington vai sempre dar mais benefícios para quem impõe condições nas relações bilaterais do que para aqueles que já se consideram aliados garantidos.

Trump desta vez não esperou nem o fim do governo de Mauricio Macri para divulgar um tuíte devastador do ponto de vista diplomático. Em seus encontros bilaterais, Jair Bolsonaro declarou-se abertamente um “fã” incondicional de Trump, para regozijo do ocupante da Casa Branca.

Recentemente, durante a viagem de Bolsonaro ao Japão, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, foi indagado sobre o que o Brasil tinha ganho até agora no alinhamento automático com o governo de Trump.

O ministro mencionou a abertura do mercado americano para carne bovina, o acordo sobre a base de Alcântara no Maranhão e o status de aliado extra-membro da Otan, a aliança militar ocidental. No entanto, pouco depois, o governo americano rejeitou abrir o mercado para a carne bovina.

Além disso, há informações de que os EUA têm sinalizado preocupação aos brasileiros sobre problemas envolvendo comunidades locais em Alcântara, o que não acelera a aproximação espacial.

Sobre a Otan, o próprio ministro reconheceu que o Brasil precisava ainda estudar a fundo como poderá ganhar com o status oferecido pelos americanos para Brasília.

Na prática, argumentam certas fontes, apesar da insistência em convergências de posições, o Brasil não levou nada até agora na aproximação com Trump.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/12/2019****Seção: Brasil****Autor: Marta Watanabe, Ivo Ribeiro, Cristiane Agostine e Álvaro Fagundes — De São Paulo****Título: Siderúrgicas devem pedir ajuda a clientes americanos**

O anúncio de possível sobretaxa deve fazer com que a indústria brasileira de aço e alumínio comece a mobilizar os importadores americanos. Foi a pressão da indústria americana importadora de aço e alumínio - para quem a sobretaxa significa elevação de custo de produção - que resultou, em 2018, na substituição da tarifa adicional dos EUA pelo estabelecimento de cotas à exportação brasileira de aço e alumínio. Se a medida for efetivada, a pressão dos importadores americanos deve se repetir. O que poderá fazer diferença, segundo especialistas, são os votos que a sobretaxa irá trazer ou retirar nas eleições a serem disputadas por Donald Trump em 2020.

A exportações brasileiras de aço que são podem ser alvo da sobretaxa de Trump somaram US\$ 2,67 bilhões de janeiro a outubro de 2019. No ano passado 40% das exportações brasileiras desse aço destinaram-se aos EUA. O aço representa cerca de 11% da exportação total brasileira aos americanos. Os Estados Unidos são o segundo parceiro comercial mais importante do Brasil, atrás somente da China. No alumínio o valor é bem menor. De janeiro a outubro foram US\$ 151 milhões em exportações brasileiras de alumínio que são alvo da sobretaxa dos EUA. Apesar do valor relativamente baixo, os americanos são compradores importantes. Das exportações brasileiras totais de alumínio, 26% têm como destino os Estados Unidos. Os dados foram coletados pela Barral M Jorge Consultores.

Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior e sócio da Barral M Jorge, lembra que o aço brasileiro importado pelos EUA é preponderantemente usado como insumo pela indústria americana. Por isso, não há interesse dessa indústria para uma sobretaxa que significaria elevação de custo de produção. Esse quadro, avalia Barral, não mudou. Mas também, diz ele, pode haver interesse de indústria concorrente à do Brasil. “Ao mesmo tempo a medida protecionista pode agradar aos produtores agrícolas. A diferença deste momento é o componente eleitoral.”

Os produtores agrícolas formam base de apoio importante para Trump e foram um dos principais setores afetados pela guerra comercial com a China, já que as sobretaxas do país asiático em relação aos americanos centraram-se em produtos agrícolas, diz Matheus Andrade, consultor de comércio internacional

da Barral M Jorge. “O Brasil e a Argentina são concorrentes dos produtores americanos em itens como soja, milho e até mesmo carne.”

Andrade destaca que o Brasil é um fornecedor relevante de aço aos EUA. Em 2018, das importações americanas de aço sujeitas à sobretaxa, 8,8% vieram do Brasil, o terceiro fornecedor mais importante. O primeiro, diz o consultor, é o Canadá, que no ano passado teve fatia de 18,3%, seguido do México, com 10,2%. “O Brasil é um fornecedor importante, parte de uma cadeia de trocas já estruturada com importadores americanos.”

“Os números mostram que a exportação do Brasil tem acontecido conforme a demanda e estão dentro da cota estabelecida no ano passado”, avalia Castro. Para ele, a medida de Trump pode ser uma retaliação às iniciativas do Brasil e da Argentina de, por meio do Mercosul, assinar um acordo de comércio com a União Europeia.”

O acordo, lembra ele, ainda deve ser aprovado nos Parlamntos dos diversos países. “Mas, quando as novas tarifas estiverem em vigor, a tendência é que primeiro os europeus importem toda a produção agrícola do Brasil para depois passar a comprar a americana”, diz, apesar da diferença de sazonalidade entre a produção brasileira e a americana.

Segundo o Instituto Aço Brasil, a indústria brasileira de aço vem atendendo os volumes anuais definidos como cotas de exportação ao EUA. Marco Polo de Melo Lopes, presidente-executivo da entidade, diz que os EUA não são autossuficientes em aço. A produção fica na casa de 80 milhões de toneladas por ano, diz, enquanto o consumo é da ordem de 100 milhões de toneladas. “Essa decisão surpreende. É um tiro no pé”, afirmou Lopes. Ele disse que veria junto ao governo Bolsonaro como atuar para impedir a sobretaxa anunciada.

Ontem, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, rebateu Trump e negou que o Brasil tem desvalorizado artificialmente o real. Ao falar em São Paulo para empresários sobre a taxa adicional, ele afirmou que por trás da decisão do governo americano está uma “tensão geopolítica” gerada pelo protagonismo da China no cenário econômico mundial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Rosas — Do Rio

Título: Produção de petróleo sobe 13,4% em outubro

A produção de petróleo no país atingiu 2,964 milhões de barris por dia em outubro, uma alta de 13,4% ante outubro do ano passado e um crescimento de

1,3% na comparação com setembro. Os dados foram divulgados ontem pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A produção de gás natural foi de 132 milhões de metros cúbicos diários em outubro, uma alta de 12,4% ante outubro de 2018 e um avanço de 2,1% na comparação com setembro. No total, o país produziu 3,792 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) em outubro.

O principal destaque dado pela ANP ficou para a produção do pré-sal. Na região, foram extraídos 2,394 milhões de BOE/dia em outubro, um crescimento de 4,6% ante setembro e um avanço expressivo de 30,1% em relação a outubro do ano passado.

A produção exclusiva de petróleo no pré-sal em outubro foi de 1,905 milhões de barris por dia, enquanto a produção de gás foi de 77,6 milhões de metros cúbicos diários.

Lula, na Bacia de Santos, foi o campo que mais produziu petróleo, com uma média diária de 1,022 milhão de barris, e também o maior produtor de gás natural, com média diária de 43 milhões de metros cúbicos.

O órgão regulador ainda detalhou a natureza da produção. Os campos marítimos foram responsáveis por 96,5% do petróleo e 80,3% do gás natural extraídos em outubro e a Petrobras ainda mantém ampla dianteira como operadora no país. A estatal foi responsável por produzir 92,9% do petróleo e do gás natural. Os campos operados pela Petrobras com participação exclusiva - aqueles em que a estatal não tem sócios - produziram 42,1% do total no período. No total, a produção nacional ocorreu em 7.221 poços, sendo 653 marítimos e 6.568 terrestres.

Entre as principais plataformas do país, o FPSO Cidade de Itaguaí, que opera no campo de Lula por meio de sete poços, produziu 145,6 mil barris por dia e foi a instalação com maior produção de petróleo.

Já a instalação Polo Arara, que extrai nos campos de Arara Azul, Araracanga, Carapanaúba, Cupiúba, Rio Urucu e Sudoeste Urucu, por meio de 36 poços, produziu 8,4 milhões de metros cúbicos de gás e foi a instalação com maior produção de gás natural.

O órgão regulador também informou ontem que os campos com acumulações marginais produziram 56,2 barris de petróleo por dia e 1,1 mil metros cúbicos de gás natural diários. O maior produtor entre os campos com acumulações marginais foi Itaparica, operado pela Newo, com 17,1 BOE por dia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/12/2019****Seção: Política****Autor: Cristian Klein — Do Rio****Título: Projeto sobre segurança de barragens entra na pauta**

A Câmara e o Senado pautaram para esta semana oito projetos com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

Dos oito, sete são projetos para autorizar, em sessão conjunta do Congresso Nacional, a abertura de créditos especiais ou suplementares para órgãos do Poder Executivo, estatais e a Petrobras.

Além disso, tem alta probabilidade de aprovação projeto de lei que está na pauta da Câmara e que altera a Política Nacional de Segurança de Barragens. Ele prevê, por exemplo, que os empreendimentos em situação de alto risco terão 45 dias para pagar a remoção e realocação dos ocupantes das áreas potencialmente afetadas pelo possível rompimento. Proíbe ainda a instalação de barragens a montante à distância inferior a dez quilômetros de comunidades.

O levantamento do Cebrap/Ello considerou 49 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado ou terminativa nas comissões (quando dispensa votação em plenário). A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/12/2019****Seção: Internacional****Autor: Vladimir Soldatkin — Reuters, de Sochi****Título: Gasoduto amplia cooperação Rússia-China**

Os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e da China, Xi Jinping, supervisionaram ontem o lançamento de um gasoduto histórico que levará gás natural da Sibéria ao noroeste da China e dará impulso político e econômico para as relações entre Moscou e Pequim.

O início de operação do gasoduto Força da Sibéria reflete a tentativa de Moscou de se voltar para o Oriente, para atenuar o efeito das sanções financeiras ocidentais.

O projeto consolida a posição da China como maior mercado para as exportações russas. O gasoduto, de 3.000 km de extensão, levará gás do leste da Sibéria. É um empreendimento que deverá operar por 30 anos e gerar US\$ 400 bilhões aos cofres russos.

“Este é um evento histórico não apenas para o mercado global de energia, mas, acima de tudo, para nós, para a Rússia e a China”, disse Putin. “Este passo leva a cooperação estratégica russo-chinesa na energia a um novo patamar qualitativo e nos aproxima de [cumprir] a meta (...) de elevar o comércio bilateral a US\$ 200 bilhões até 2024.”

Também por vídeo, Xi disse a Putin que o novo gasoduto é “um projeto histórico de cooperação bilateral energética” e um “exemplo de profunda integração e cooperação mutuamente benéfica”.

O envio de gás pelo gasoduto vai aumentar gradualmente até chegar a 38 bilhões de m³ cúbicos por ano em 2025, possivelmente tornando a China o segundo maior comprador de gás Rússia, depois da Alemanha, que comprou 58,50 bilhões m³ de gás russo em 2018.

Nem Putin nem Xi falaram sobre o preço que Pequim deverá pagar pelo gás russo, tema altamente sigiloso. Várias fontes do setor dizem que ele está atrelado a uma cesta de produtos petrolíferos.

“O crescimento da demanda da China por gás deverá diminuir em relação a anos anteriores, mas continuará forte, com alta anual estimada em 10% nos primeiros nove meses de 2019”, disse Jean-Baptiste Dubreuil, da equipe de análise de gás natural da Agência Internacional de Energia (AIE).

Nos últimos dez anos, as vendas de petróleo russo à China deram um salto e, nos últimos meses, a Rússia disputou com a Arábia Saudita o posto de maior fornecedor.

Para isso, a Rússia construiu um importante oleoduto, que hoje envia 600 mil barris de petróleo por dia à China, e abriu um novo porto em Kozmino, no

Oceano Pacífico. A Rússia também exporta à China 200 mil barris/dia por um oleoduto que cruza o Cazaquistão.

Finalmente, a venda de carvão russo ao Oriente em 2018 superou 100 milhões de toneladas, mais da metade do total exportado.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/12/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Caiado critica Enel na PGR

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), se reuniu ontem com o procurador-geral da República, Augusto Aras, para entregar representação contra a distribuidora Enel Goiás (ex-Celg D). A concessionária, controlada pelo grupo italiano Enel, tem sofrido ameaças de cancelamento do contrato por iniciativa de políticos locais. No documento, Caiado sugere que o chefe do Ministério Público exija “medidas mais enérgicas” do governo federal, responsável pelo contrato de concessão. O governador chega a sugerir “decretação da intervenção e até mesmo podendo culminar com a extinção da concessão, na modalidade caducidade”. Para Caiado, a atuação do governo federal no caso não tem sido adequada. “O poder concedente se mantém inerte, deixando de exercitar o seu poder-dever constitucional, legal e contratual de proporcionar e de exigir da concessionária a prestação do serviço público digno para a população goiana”, registra o ofício.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/12/2019
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito — Do Rio
Título:	Distribuição recebe mais aporte privado

Os investimentos privados no setor de distribuição de energia cresceram cerca de 160% nos últimos quatro anos, passando de R\$ 25,5 bilhões, em 2015, para R\$ 66 bilhões, no ano passado. Na mesma comparação, os aportes de empresas estatais avançaram apenas 31,6%, de R\$ 12 bilhões, para R\$ 15,8 bilhões. E, no mesmo período, a qualidade do serviço do setor melhorou cerca de 11%.

Os dados fazem parte de levantamento feito pela TR Soluções, empresa de tecnologia aplicada ao setor elétrico, com base em dados de 32 distribuidoras, que atendem a 98% do mercado nacional.

Para medir a qualidade do serviço, foi calculada a evolução do indicador de desempenho global de continuidade (DGC), que consiste na média aritmética simples das razões entre os valores apurados dos indicadores de duração (DEC) e frequência (FEC) de interrupções no serviço e os limites anuais estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Na prática, quanto menor o número do DGC, melhor é a qualidade do serviço. De acordo com a TR Soluções, o índice de DGC médio do Brasil passou de 99,38%, em 2015, para 88,37%, em 2018.

“Observamos que os investimentos realizados, concomitante a uma redução significativa dos custos e evolução positiva do indicador de qualidade do serviço, refletem uma nova tendência de retorno positivo aos consumidores e viabilidade econômico-financeira aos acionistas”, afirma a diretora de Planejamento e Controle da TR Soluções, Claudia Almeida.

Na opinião da empresa, a recuperação do setor de distribuição pode ser associada à privatização de concessionárias no período, que estimularam investimentos de capital privado nas empresas.

Segundo a TR Soluções, o objetivo do estudo é trazer à luz a relação entre nível de investimentos e melhoria da qualidade do serviço, em tempos de debate sobre a situação da Enel Distribuição Goiás, (antiga Celg-D). O caso culminou com o estabelecimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa de Goiás para investigar irregularidades dos serviços prestados pela distribuidora e com a proposta de um projeto de lei para a encampação da empresa pelo Estado de Goiás.

Anteriormente controlada pelo Estado de Goiás e a Eletrobras, a distribuidora foi privatizada e adquirida pelo grupo italiano Enel, em novembro de 2016.

De acordo com a TR Soluções, a partir do indicador de DGC, o nível da qualidade do serviço na área de concessão da Enel Goiás melhorou 11,1%, entre 2015 e o ano passado.

Ainda segundo a TR, nos anos de 2013 e 2016, por exemplo, os investimentos feitos pela então Celg D ficaram abaixo da depreciação registrada nos mesmos anos. Nesses dois anos, o total de investimentos foi de 90% e 98%,

respectivamente, da depreciação calculada no período. Já nos dois primeiros anos de concessão sob o comando da Enel (2017 e 2018), a relação entre investimento e depreciação foi de 311% e 620%, respectivamente.

A análise também avaliou as condições dos ativos da Enel Goiás. Em 2017, a depreciação acumulada dos ativos da distribuidora estava em 58%. Em 2019, esse indicador caiu para 46%.

“Nos setores de infraestrutura, o volume de depreciação dos ativos é inversamente proporcional à realização de novos investimentos. Ou seja, no portfólio da distribuidora, por exemplo, quanto maior o volume de investimentos recentes, menor o volume de depreciação acumulada”, explica Claudia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima e Taís Hirata — De São Paulo

Título: AES faz parceria com Anglo American e avança com projeto eólico na Bahia

De olho na expansão de seu portfólio de energias renováveis, a AES Tietê avança com o projeto de um novo complexo eólico na Bahia, que deverá começar a sair do papel em 2021.

Apelidado de “Projeto Tucano”, o empreendimento entre os municípios de Tucano, Biritinga e Araci terá capacidade de 586 megawatts (MW), destinados ao mercado livre de energia.

O complexo já tem garantidos R\$ 980 milhões em investimentos da companhia em dois parques eólicos, um para atender a Unipar Carbocloro e outro voltado à parceria com a Anglo American, divulgada ontem.

Juntos, os dois contratos compreendem pouco mais de 50% da capacidade total do Projeto Tucano. A AES Tietê já está em conversas com outros clientes para garantir a contratação do restante.

Ao **Valor**, o presidente da companhia, Ítalo Freitas, ressaltou que o projeto baiano se insere na estratégia de diversificar o balanço energético do grupo, ainda bastante concentrado em geração hidrelétrica (84,4% do total, segundo dados de 2019), o que implica alta exposição ao risco hidrológico.

Agora, o objetivo é aumentar a participação de fontes renováveis e viabilizar a formação de um “cluster” eólico na Bahia, onde a companhia já possui o Complexo Eólico Alto Sertão II.

O primeiro contrato do Projeto Tucano, com a Unipar Carbocloro, foi anunciado no mês passado. O acordo firmado entre as empresas envolve a construção de um parque eólico por meio de uma joint venture, com investimentos estimados em R\$ 620 milhões - que serão repartidos entre as empresas.

O projeto com a Unipar possui 155 MW de capacidade instalada, o que equivale a 78 MW médios de energia assegurada. Desse total, 60 MW médios foram comercializados por meio de um contrato (PPA) de 20 anos, com início de vigência em 2023.

Já a parceira com a Anglo American Níquel Brasil envolve um PPA de 79 MW médios de energia assegurada, com prazo de 15 anos e fornecimento a partir de 2022. Com 167,4 MW de capacidade instalada, o projeto eólico deve exigir investimentos em torno de R\$ 670 milhões da AES.

A expectativa é de que os parques eólicos comecem a ser construídos em 2021. O dinheiro para financiar os empreendimentos deve vir do BNB (Banco do Nordeste) e de instrumentos do mercado de capitais, afirma Freitas.

A entrada dessa nova dívida não deverá ter efeitos expressivos na alavancagem da companhia, que ao fim do terceiro trimestre era de 2,92 vezes a dívida líquida pelo Ebitda ajustado. Segundo o executivo, os covenants deverão ter redução com a entrada dos projetos solares e com a amortização de dívidas.

Freitas destacou ainda que o novo complexo na Bahia demonstra os diferentes produtos da carteira da AES Tietê.

“Há aqueles [clientes] que querem investir em geração, querem tirar do próprio bolso e investir em autoprodução e em uma joint venture, e há quem prefira investir na sua própria produção e contratar uma empresa para um PPA de longo prazo.”

Em relação a oportunidades de aquisições no setor de renováveis, o executivo afirma que a companhia continua avaliando projetos que possam trazer sinergias operacionais. No entanto, ele pondera que o mercado oferece oportunidades “restritas” de grandes projetos, como era o caso de Alto Sertão III, complexo eólico da Renova Energia na Bahia.

A AES Tietê estava em tratativas avançadas para adquirir o ativo, mas, em outubro, informou ter encerrado as negociações, sob a alegação de não cumprimento das condições prévias por parte da vendedora.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/12/2019****Seção: Empresas****Autor: Graziella Valenti — De São Paulo****Título: Odebrecht terá três anos para vender Braskem e quitar dívidas**

O grupo Odebrecht terá um prazo de três anos para vender a Braskem, seu maior negócio. E, enquanto isso, receberá R\$ 1 bilhão como dividendo da petroquímica, pagos em quatro parcelas anuais de R\$ 250 milhões cada. Essas definições constarão do acordo que o conglomerado está finalizando com os bancos credores, com as diretrizes para a reorganização das dívidas dentro e fora do processo de recuperação judicial. As negociações não foram concluídas, mas estão em estágio avançado, conforme o **Valor** apurou com fontes próximas às conversas.

Está prevista para amanhã, em São Paulo, a assembleia geral de credores (AGC) do grupo. A expectativa da companhia é entregar no encontro um novo plano, mais detalhado do que o levado à Justiça no fim de agosto. A assembleia deve ser aberta, mas suspensa. Já está prevista a realização da segunda convocação, no dia 10.

Mas nada garante que haverá aprovação nesse prazo. Idealmente, o grupo gostaria de validar ainda neste ano o plano da recuperação. Porém, isso depende de uma combinação que inclui aprovação do acordo financeiro pelos bancos nos respectivos comitês de crédito e ausência de questionamentos e liminares de última hora - típicas de processos grandes.

A Odebrecht levou à Justiça, em junho, R\$ 98 bilhões em compromissos - soma de dívidas corporativas mais avais e garantias de 21 holdings e subholdings. Desse total, o grupo precisa reestruturar R\$ 55 bilhões - R\$ 40 bilhões em créditos dentro da recuperação mais R\$ 15 bilhões dívidas extraconcursais (fora do processo na Justiça). Há outros R\$ 33 bilhões em dívidas entre as companhias do grupo - que tendem a ser anuladas - e cerca de R\$ 10 bilhões em compromissos potenciais com seguradoras.

As negociações estão sendo conduzidas com os cinco principais bancos credores: Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e BNDES. São as instituições que possuem as ações da Braskem e seus dividendos como garantia. Os papéis da petroquímica cobrem R\$ 12,6 bilhões em compromissos.

As definições com esses credores incluem o plano para as dívidas de R\$ 11 bilhões da Atvos, controlada sucroalcooleira do grupo que tem sua própria

recuperação judicial. A AGC da empresa de agronegócio está marcada, em primeira convocação, para sexta-feira, e para dia 17, em segunda convocação.

O desembargador Alexandre Lazzarini decidiu, no dia 28, que a Odebrecht terá de realizar uma votação, sobre a adoção de um plano único, para os credores de cada uma das 21 sociedades em recuperação judicial, separadamente. Assim, serão 21 votações. Essa definição sofreu diversas alterações ao longo dos últimos 40 dias. Quem questionou a adoção de um plano consolidado na Justiça foi a Caixa, credora de R\$ 5 bilhões e que está fora do grupo de negociação por não ter ações da Braskem em garantia para seus créditos.

A Odebrecht tem R\$ 33 bilhões em dívidas com os seis maiores bancos brasileiros. Desse total, R\$ 15 bilhões estão fora da recuperação judicial. Mesmo assim, esses compromissos serão alvo de renegociação e parte do acordo geral. O pacto estabelecerá que os compromissos garantidos pela Braskem serão quitados apenas quando for concretizada a venda.

A petroquímica foi alvo de uma negociação sem sucesso com a LyondellBasell, entre fevereiro de 2018 e junho deste ano. Pressionada por uma disputa com o Ministério Público de Alagoas, a respeito da exploração de minas de sal-gema e sua eventual relação com o afundamento de bairros na capital Maceió, e por um forte ciclo de baixa do setor, a Braskem está avaliada em R\$ 22,7 bilhões na B3 - após alcançar o pico de R\$ 48 bilhões em setembro do ano passado.

A possível sobra da venda de Braskem, para além da dívida garantia, será distribuída entre os credores da recuperação judicial da Odebrecht. O objetivo é que a maior parte dos R\$ 40 bilhões em compromissos seja convertida em títulos de participação em resultados e sem vencimento - que dão direito a valores obtidos com venda de ativos e dividendos. A RK Partners, de Ricardo Knoepfelmacher, e o escritório E. Munhoz estão à frente do processo do grupo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério sobe 1,13%

Os contratos de minério de ferro tiveram valorização no mercado transoceânico ontem. Os preços da commodity com teor de pureza de 62% subiram 1,13%, no porto chinês de Qingdao, para US\$ 88,45 a tonelada, conforme a publicação

especializada “Fastmarkets MB”. Na bolsa de futuros de Dalian, os contratos mais negociados de minério com entrega em janeiro fecharam com alta de 1,16%, cotados a 653 yuans a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes — De Nova York

Título: Vale tenta reconquistar confiança do mercado

Próxima de completar um ano, a tragédia de Brumadinho (MG) deu o tom, ontem, do encontro anual da Vale com investidores na Bolsa de Nova York (NYSE). Foi a primeira reunião da direção da companhia em Wall Street depois do rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, em 25 de janeiro deste ano, que fez 270 vítimas fatais das quais 14 ainda não foram encontradas, e deixou um rastro de destruição sócio-ambiental na região. Em consideração ao momento, a empresa optou por não fazer a tradicional toca de sino na abertura do pregão e todos os discursos, a começar pelo do presidente, Eduardo Bartolomeo, endereçaram a mensagem de que o objetivo principal da Vale é a redução do grau de risco da companhia.

A meta é reduzir uma série de incertezas que passaram a orbitar em torno da Vale depois de Brumadinho. Existe receio no mercado, por exemplo, de que a empresa não repare o caso adequadamente, o que poderia gerar passivos. Há também o entendimento de que ainda podem haver riscos de segurança na companhia, bem como a percepção de que parte da produção de minério de ferro pode não retornar. Soma-se a isso dúvidas sobre uma eventual indisciplina de capital e lacunas existentes no chamado ESG, sigla em inglês que designa as preocupações de diferentes públicos de interesse da mineradora nas áreas social, ambiental e de governança corporativa.

“A mensagem principal do Vale Day é a redução de risco da companhia, a redução da incerteza. Queremos mostrar para a sociedade que estamos agindo, atuando”, disse Bartolomeo em entrevista ao **Valor**. Ele era diretor-executivo de metais básicos no Canadá quando foi chamado para substituir Fabio Schvartsman, presidente que foi afastado da Vale depois de Brumadinho. Bartolomeo assumiu interinamente o cargo em 3 de março e foi efetivado como presidente em 29 de abril. Tem mandato até março de 2021. Desde que assumiu, vem conduzindo a empresa com perfil discreto, tendo suporte integral do conselho de administração da companhia. “Há um alinhamento total com o conselho”, afirmou. Ele formou sua própria equipe na diretoria e tem dedicado parte do tempo a percorrer as áreas operacionais fora do Rio, onde está a sede da Vale.

“Eu gostaria de ser reconhecido por deixar legado de uma empresa mais segura, mais humana e mais sustentável. Se eu, daqui a três ou cinco anos, não estiver na empresa, esse é o legado que gostaria de deixar. Isso depende de apoio de todos os ‘stakeholders’ [do acionista, da equipe da Vale, da sociedade e do governo]”, disse Bartolomeo.

No Vale Day, o executivo apresentou dois novos pilares do plano estratégico da companhia que fazem parte dos esforços para reduzir os riscos. Eles se somam a outros três pilares que já estavam presentes no planejamento da Vale: a otimização da qualidade no minério de ferro, a transformação no negócio de metais básicos e a disciplina na alocação de capital. Agora um dos novos pilares é o de segurança e excelência operacional, que busca tornar a empresa uma referência nessa área. Esse trabalho começou com a criação de uma diretoria de segurança e excelência, a cargo de Carlos Medeiros, instituída logo após Bartolomeo ser confirmado no cargo, em abril. É uma diretoria que une áreas que já existiam na Vale, caso de saúde e segurança e excelência operacional, e à qual foram incorporadas outras duas unidades: uma de gestão de ativos e outra de gestão geotécnica de barragens.

O outro pilar é chamado de um “novo pacto com a sociedade”, e trata de demandas oriundas de Brumadinho, como o desenvolvimento territorial local, mas vai além e abrange questões postas pela sociedade de forma mais ampla. “Entendemos que a mineração precisa criar valor compartilhado, então precisamos assumir compromissos relevantes”, disse Bartolomeo. Ele afirmou que a empresa precisa repensar a forma de se relacionar localmente com as comunidades, além de definir ações para temas “caros” à sociedade nas áreas ambiental e social.

Com esse propósito, a Vale anunciou ontem metas mais ambiciosas em termos de compromissos nas áreas de mudanças climáticas, uso de energias limpas e de recuperação e proteção de florestas. Bartolomeo disse que a companhia possui hoje mais de um milhão de hectares de florestas protegidas - grande parte na Amazônia e na Mata Atlântica - e vai aumentar esse número em 50% até 2030. Em sustentabilidade, a Vale pretende ainda se tornar uma empresa neutra em emissão de gás carbônico até 2050 (ver reportagem abaixo).

A mineradora também definiu metas para uso de água e contribuições sócio-econômicas ligadas à saúde, educação e geração de renda. Foram estabelecidas ainda metas mais ambiciosas para reduzir as lacunas existentes de ESG quando se compara esses temas com as melhores práticas existentes no mercado.

Bartolomeo reconheceu que Brumadinho acelerou as preocupações e ações da Vale em termos de ESG. No Vale Day, a empresa anunciou o lançamento de um portal dedicado a temas ambientais, sociais e de governança. Na área de

governança, por exemplo, a mineradora vai criar em 2020 um comitê de auditoria para assessoramento ao conselho de administração. Hoje o conselho conta com quatro comitês de assessoramento - pessoas e governança, risco, financeiro e sustentabilidade - e a partir do ano que vem terá também o comitê de auditoria.

“São metas mais ambiciosas, como a liderança na mineração de baixo carbono na parte ambiental e a aspiração de ser indutor de desenvolvimento na área social em uma escala que não fazíamos antes, enquanto na governança a ideia é fechar ‘gaps’ que são percebidos”, disse Luciano Siani Pires, diretor-executivo de finanças da companhia. Em termos de ESG, a Vale também se colocou como meta ter 100% de suas operações certificadas pela ISO 14001 até 2022 (atualmente esse percentual é de cerca de 22%). A mineradora também vai atrelar metas de remuneração variável de seus executivos a métricas de ESG no longo prazo.

A Vale está gerando muito caixa e tem nível de dívida baixo, mas as incertezas limitam o seu valor na bolsa

Para Bartolomeo, a redução do risco tem potencial de criar mais valor para a Vale. Hoje a empresa negocia na bolsa com um múltiplo de cerca de quatro vezes. A redução do risco poderia fazer a Vale ter um múltiplo de 5,5 vezes ou seis vezes. O múltiplo é uma forma de calcular o valor de mercado de uma empresa a partir da geração de caixa (Ebitda). Hoje a Vale está gerando muito caixa e tem um nível de dívida baixo (US\$ 5,3 bilhões no fim de setembro), embora as incertezas limitem o valor da empresa na bolsa. Até o momento a Vale provisionou US\$ 6 bilhões para os gastos com Brumadinho, número adequado, na visão da companhia.

Existem, porém, despesas adicionais com equipes, obras e serviços na região que não estão sendo provisionados. Esses gastos foram de US\$ 225 milhões no terceiro trimestre e devem chegar a US\$ 1 bilhão em 2020. Bartolomeo disse que dos US\$ 6 bilhões provisionados, US\$ 4 bilhões são para reparação e compensações de Brumadinho e US\$ 2 bilhões para desativar nove barragens do mesmo tipo da que se rompeu em janeiro.

Segundo Bartolomeo, a reparação ambiental está avançando. “Temos um plano de reparação que está sendo validado pelas autoridades”, afirmou. A compensação sócio-econômica também vem sendo discutida. A Vale acaba de aprovar o pagamento de indenizações emergenciais por mais dez meses em Brumadinho para cerca de 108 mil pessoas, o que vai representar gastos adicionais de R\$ 550 milhões.

Bartolomeo disse que a companhia vem cumprindo seu papel no tocante às investigações das causas do rompimento da barragem. Há expectativa que a Polícia Federal apresente ainda neste mês relatório em que pedirá os primeiros indiciamentos por Brumadinho. “A companhia sempre se colocou à disposição para fornecer toda e qualquer informação necessária para apurar as causas. Somos os maiores interessados em tomar as ações. A companhia está em posição de aguardar e agir quando tiver a informação correta”, afirmou.

O jornalista viajou a convite da Vale

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas e Francisco Góes — Do Rio e de Nova York

Título: Rejeito a seco vai ter investimento de US\$ 1,8 bilhão

A Vale segue em busca de alternativas para reduzir o uso de barragens em suas operações de minério de ferro. Ontem, entre as diversas metas anunciadas pela companhia em Nova York durante o Vale Day, o diretor-executivo de Ferrosos da empresa, Marcelo Spinelli, anunciou investimento de US\$ 1,8 bilhão entre 2020 e 2024 para fazer o empilhamento a seco do minério de ferro. A técnica separa a água e empilha apenas os rejeitos sólidos.

O aporte da companhia vem em linha com a intenção novamente manifestada pelo seu presidente, Eduardo Bartolomeo, de desenvolver alternativas seguras e sustentáveis para as barragens de rejeitos, que estão sob forte escrutínio da sociedade e da própria empresa depois do rompimento ocorrido em Brumadinho, que vitimou 270 pessoas, sendo 256 mortos e 14 desaparecidos. “Devemos ir além e construir uma Vale melhor”, disse Bartolomeo aos investidores ontem em Nova York.

Para tanto, a empresa vai investir US\$ 5 bilhões em 2020 e outros US\$ 5 bilhões em 2021. A cada ano, US\$ 4,1 bilhões serão de investimento corrente, que inclui reposição, enquanto o restante será para a execução de projetos. Aos investidores e analistas de mercado, ela voltou a apresentar metas de produção. Neste ano, devido a Brumadinho, trabalhou apenas com projeções de vendas, uma vez que paradas em operações de Minas Gerais chegaram a tirar produção anualizada de 90 milhões de toneladas de minério. Hoje, ainda são 40 milhões de toneladas anualizadas que não retornaram. A expectativa é que neste ano as vendas de minério fiquem entre 307 milhões e 312 milhões de toneladas.

Para o ano que vem, a empresa espera produzir entre 340 milhões e 355 milhões de toneladas, volume que subirá para entre 375 milhões e 395 milhões no ano seguinte. Em 2022 e 2023, a expectativa é de uma produção anual entre 390 milhões e 400 milhões de toneladas. Para Spinelli, reduzir o risco nas operações de minério de ferro significará retornar mais rapidamente com os volumes atualmente fora de operação. Das 40 milhões de toneladas paradas, 15 milhões devem voltar ano que vem e 25 milhões em 2021.

Para o primeiro trimestre do ano que vem a expectativa da companhia é que a produção e as vendas oscilem entre 68 milhões e 73 milhões de toneladas, em função da sazonalidade e do retorno gradual e seguro das operações.

A Vale anunciou projeções para o “break even” do minério de ferro de forma a que as operações não percam dinheiro. Spinelli acredita que nos próximos anos esse patamar de tranquilidade seja entre US\$ 28 e US\$ 30 por tonelada para a empresa - neste ano deve ficar em US\$ 37 por tonelada.

A companhia estimou ainda que a sua produção de cobre chegue a 400 mil toneladas em 2020, suba para 430 mil toneladas em 2021, 460 mil toneladas em 2022 e 480 mil toneladas em 2023. Em relação ao níquel, a expectativa da Vale é que a produção fique em 240 mil toneladas após melhorias nas operações do Atlântico Norte e a retomada do segundo forno de Onça Puma. O volume pode chegar a 360 mil toneladas em caso de expansão de 10 mil toneladas em Sorowako e 110 mil toneladas nos projetos Bahodopi e Pomalaa.

Os executivos da companhia também responderam sobre os próximos passos envolvendo a operação de níquel da Vale Nova Caledônia (VNC). O diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da mineradora, Luciano Siani Pires, destacou que a decisão final sobre a VNC será tomada em 2020. Atualmente, a empresa analisa encontrar um interessado para a VNC, tarefa para a qual já contratou banco. Uma alternativa seria encontrar interessados em um produto intermediário que a VNC faz, o sulfato de níquel.

Ainda dentro das projeções para os próximos anos, a companhia indicou que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) fique entre US\$ 15,5 bilhões e US\$ 23,5 bilhões em 2022, dependendo de fatores como a média anual do preço do minério e do níquel e a taxa de câmbio. Em relação ao fluxo de caixa livre de 2022, a expectativa é de um patamar entre US\$ 7 bilhões e US\$ 14 bilhões e que o fluxo de caixa livre acumulado de 2020 a 2022 fique entre US\$ 17 bilhões e US\$ 36 bilhões.

Também foram feitas estimativas de desembolso para as compensações e despesas pelo rompimento da barragem em Brumadinho. Em 2019, o valor oscilará de US\$ 1,65 bilhão e US\$ 1,85 bilhão, passando para algo entre US\$ 1,5

bilhão e US\$ 2 bilhões no ano que vem. Segundo a Vale, os desembolsos ficam entre US\$ 1,4 bilhão e US\$ 1,9 bilhão em 2021 e entre US\$ 750 milhões e US\$ 1,25 bilhão em 2022. De 2023 a 2031, os gastos somam US\$ 8 bilhões.

(Colaborou Rita Azevedo, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Investimento poderia atingir US\$ 5 bi ao ano, diz Abiquim

Se houvesse melhores condições de competitividade, a indústria química brasileira poderia investir cerca de US\$ 5 bilhões ao ano, sete vezes mais do que o desembolso previsto para 2019, que cobre apenas a manutenção das operações existentes, segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). “O Brasil tem mercado doméstico robusto, tem uma boa matriz energética, mas falta competitividade. Isso sufoca o setor”, disse a vice-presidente da entidade e presidente da Solvay na América Latina, Daniela Manique, durante o 24º Encontro Anual da Indústria Química (Enaiq).

O forte avanço dos importados no mercado doméstico - hoje correspondentes a 42% da demanda - e o custo das matérias-primas e energia mais alto do que em outras regiões produtoras têm levado à postergação de projetos e à elevação da ociosidade nas fábricas brasileiras, que chegou a 30%, a mais alta da história. Diante disso, em 2019, os investimentos no segmento de químicos de uso industrial devem ficar em US\$ 700 milhões, 77% abaixo do verificado no ano passado. Para 2020, a previsão é de US\$ 600 milhões.

Há duas grandes pautas na agenda da indústria química neste momento: a queda dos preços do gás e a proposta de abertura comercial do governo. A segunda, defende o setor, não pode vir antes da queda do custo com matéria-prima e energia e das reformas que vão combater o custo Brasil. Segundo o presidente do conselho diretor da Abiquim, Marcos De Marchi, o setor está “esperançoso” em relação às medidas que vêm sendo anunciadas pelo governo federal, mas é preciso celeridade na implementação das reformas.

“A Unigel acaba de arrendar por 10 anos as duas plantas de fertilizantes nitrogenados da Petrobras, na Bahia e em Sergipe. A premissa para o êxito [do projeto] é o acesso a gás natural a preço competitivo. Se as reformas

promoverem efetivas mudanças, novas decisões de investimento se seguirão”, disse De Marchi, que preside também a Elekeiroz. Uma das razões para a esperança, disse o executivo, é justamente o programa Novo Mercado do Gás, pleito do setor junto aos últimos quatro governos federais. É preciso que o projeto saia com celeridade do papel, para que os reflexos positivos cheguem ao custo do gás e efetivamente às empresas.

De acordo com o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, a abertura do mercado brasileiro associada à abundância de gás natural liquefeito (GNL) a preços competitivos no mercado internacional vai transformar essa indústria. Para Oddone, o GNL vai se tornar a referência para os preços do gás boliviano consumido no país e para o gás produzido internamente. “Isso é o que interessa, por quanto chega o gás ao porto brasileiro. Pela primeira vez, vai se trazer competição efetiva para o mercado brasileiro”.

Há 15 dias, em encontro com o ministro Paulo Guedes, representantes da indústria química reiteraram que se a abertura comercial almejada pelo governo anteceder a redução do custo Brasil e a solução de problemas específicos do setor, “os resultados serão catastróficos”. O ministro teria garantido que a ordem dos fatores será observada.

Conforme Daniela, a produção brasileira de químicos de uso industrial está estagnada há décadas e deve recuar 3,7% em 2019. Com acesso ao gás mais competitivo, a ocupação nas fábricas poderá chegar a 90% ou 100%, acrescentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/12/2019

Seção: Economia

Autor: LUCIANA DYNIEWICZ, MÁRCIA DE CHIARA, LORENNA RODRIGUES e TIAGO AGUIAR

Título: Em revés para governo, Trump diz que vai taxar aço brasileiro

Trump acusa Brasil de manipular câmbio e anuncia retaliação comercial

Comércio. Em mensagem no Twitter, presidente americano promete retomar a cobrança de tarifas nas exportações brasileiras de aço e de alumínio; medida foi vista como novo revés para o presidente Jair Bolsonaro na sua política de aproximação com os Estados Unidos.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou ontem que vai retomar as tarifas sobre o aço e o alumínio procedentes do Brasil e da Argentina – medida que foi vista por especialistas como mais um revés para o governo de Jair Bolsonaro na relação com os americanos. Trump escreveu em sua conta no Twitter que os efeitos da medida são imediatos, causando surpresa no governo brasileiro e até entre diplomatas americanos. Bolsonaro afirmou que vai procurar o dirigente americano se necessário: “Se for o caso, falo com Trump, tenho canal aberto”. Trump justificou a sobretaxação do aço e do alumínio dizendo que Brasil e Argentina têm desvalorizado suas moedas, o que prejudicaria os agricultores americanos.

Com o real mais barato, a soja brasileira, por exemplo, se torna mais competitiva do que a americana. Segundo analistas, porém, desvalorização das moedas brasileira e argentina não tem ocorrido de forma orquestrada pelos governos dos dois países. “Não existe controle estatal nem no Brasil nem na Argentina. A moeda desvalorizou-se por conta de outros fatores macroeconômicos”, destacou Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior e sócio da MJ Consultores. Entre esses fatores, segundo analistas, está a atual disputa comercial entre EUA e China, que tem gerado instabilidade no mercado internacional de capitais. Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, o anúncio de Trump foi uma medida eleitoreira.

“Trump está arranjando motivos para dar explicações para o público interno dele, pensando na eleição do ano que vem.” Em 2018, os EUA determinou uma sobretaxa de 10% sobre o alumínio brasileiro e limitou a importação de aço a 4 milhões de toneladas por ano. Como o alumínio já vem sendo taxado, a Associação Brasileira do Alumínio (Abal) interpreta que não caberia um aumento de alíquota sem o aval do Congresso americano e, portanto, a medida não atingiria o setor. “É o jeito de fazer negócios de Trump. Ele ameaça (o Brasil e a Argentina) com o que tem”, disse o presidente executivo da entidade, Milton Rego. Já o Instituto Aço afirmou, em nota, que havia recebido a notícia com “perplexidade” e ressaltou que o câmbio é livre no Brasil, não sendo desvalorizado artificialmente.

“A decisão de taxar o aço brasileiro como forma de ‘compensar’ o agricultor americano é uma retaliação ao Brasil, que não condiz com as relações de parceria entre os dois países.” No ano passado, o Brasil exportou 13,9 milhões de toneladas de aço, o equivalente a 41,5% da sua produção. Do total exportado, 28,6% tiveram os EUA como destino. Relações. Ao retornar ontem à noite ao Palácio do Alvorada, Bolsonaro minimizou o impacto do anúncio. “Paulo Guedes (ministro da Economia) deve estar ligando lá”, afirmou. Ele manteve o mesmo tom ao dar entrevista para o Jornal da Record. Segundo ele, o anúncio de Trump não vai deteriorar as relações com os EUA. Disse ainda que

a declaração faz parte da estratégia política do americano perante às eleições de 2020.

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores informou estar em contato com interlocutores em Washington e que o governo “trabalhará para defender o interesse comercial brasileiro”. Na Argentina, o presidente Mauricio Macri e o presidente eleito, Alberto Fernández, não comentaram o assunto. O ministro da Produção, Dante Sica, afirmou ao jornal argentino Perfil que a Argentina adotará uma posição conjunta com o Brasil. Apesar de enaltecer a proximidade que tem com Trump frequentemente e ter feito várias concessões aos Estados Unidos, Bolsonaro ainda não conseguiu nenhuma contrapartida do lado americano.

O Brasil já permitiu o uso da base de Alcântara, no Maranhão, para os americanos, liberou os turistas dos EUA de visto, renunciou ao tratamento diferenciado na Organização Mundial do Comércio e elevou a cota de importação de etanol sem tarifa. O País, no entanto, ainda não conseguiu o apoio americano para fazer parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nem que os EUA aumentassem a importação do açúcar brasileiro. O governo Bolsonaro também não teve uma definição de Trump sobre a reabertura do mercado americano para a carne bovina fresca brasileira.

“Esse caso (do aço) confirma a ingenuidade do governo brasileiro de acreditar que os Estados Unidos dariam um tratamento benevolente ao País. Mostra que eles (americanos) não têm a menor consideração por Bolsonaro, que acha que há alguma relação especial”, disse o diplomata Rubens Ricupero, ex-embaixador nos EUA e ex-ministro da Fazenda.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/12/2019

Seção: Economia

Autor: Beatriz Bulla

Título: Anúncio de Trump surpreende até diplomacia dos EUA

Em Washington, até agora, avaliação era a de que a Casa Branca tinha intenção de manter boas relações com o governo brasileiro

O anúncio do presidente Donald Trump de que pretende impor tarifas à importação de aço do Brasil e da Argentina pegou de surpresa não apenas integrantes do governo brasileiro, mas também parte dos diplomatas americanos que têm participado das reuniões de negociação comercial entre os dois países. A avaliação interna em Washington, até esse momento, era a de

que todas as orientações dadas pela Casa Branca apontavam para a intenção de manter boas relações com o atual governo brasileiro. Desde que o presidente Jair Bolsonaro visitou Trump, em março, os times econômicos dos dois governos têm travado uma série de negociações. Apesar da boa vontade mútua, reiterada em público e nos bastidores por americanos, o governo brasileiro já teve parte das expectativas sobre a Casa Branca de Trump frustradas.

Primeiro, os americanos mostraram que o apoio à entrada do Brasil na OCDE não acontecerá imediatamente, já que os EUA não abrem mão de ditar o próprio ritmo de adesão de novos membros à organização. Depois, o governo Trump seguiu relutante na reabertura do mercado doméstico para importações de carne bovina fresca do Brasil. Em ambos os casos, os integrantes do governo Bolsonaro contornaram a decepção com a narrativa de que as medidas estão em andamento. O anúncio a respeito das tarifas do aço, no entanto, pegou o governo brasileiro desprevenido. O tuíte de Trump foi uma surpresa para diplomatas em Brasília e nos EUA.

Em março do ano passado, os EUA anunciaram a imposição de uma sobretarifa de 25% sobre as importações de aço e de 10% sobre as de alumínio de vários países, incluindo o Brasil – o maior exportador de aço para os EUA. A medida foi questionada inclusive pela indústria americana, que considerou que poderia encarecer o preço de produtos que depender da matéria-prima brasileira, e Trump, então, estabeleceu para o Brasil cotas de importação sem a sobretarifa. O Itamaraty tratava a situação do aço como uma questão superada. A avaliação dos negociadores do País era a de que “houve um entendimento” no ano passado por parte dos americanos sobre a complementaridade das duas indústrias. Além disso, como há uma cota estabelecida para a importação de aço brasileiro, o governo não via uma “inundação” do produto no mercado americano.

Em setembro, o chanceler Ernesto Araújo esteve em Washington para reuniões com a alta cúpula do governo americano, quando se encontrou com Robert Lighthizer. O americano é o representante comercial dos EUA e comanda o USTR, órgão responsável pela negociação de acordos comerciais e imposição de tarifas. Até agora, mesmo com percalços, o discurso público do governo brasileiro era de comemoração por uma “nova era” entre os dois países. Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, esteve em Washington, onde se encontrou com o secretário de Comércio americano, Wilbur Ross. Novamente, o tom da equipe brasileira ao final das reuniões foi positivo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 03/12/2019****Seção: Economia****Autor: Rubens Barbosa****Título: Amigos, amigos, negócios à parte**

O anúncio do presidente Trump de imposição imediata de tarifas sobre as exportações de aço e alumínio do Brasil e da Argentina causou perplexidade. Razão: política brasileira de desvalorização cambial e prejuízo à indústria e ao agronegócio dos EUA. A medida é ilegal, discriminatória e parte de premissas equivocadas. O Brasil não está praticando uma política de desvalorização do real e o volume do aço brasileiro não prejudica a indústria norte-americana. O agronegócio nos EUA está se beneficiando das medidas protecionistas que afetam as exportações brasileiras, como carne e suco de laranja, e o Brasil atendeu à solicitação de Washington e autorizou a importação, sem tarifa, de 750.000 toneladas de trigo.

O governo brasileiro informou estar em contato com autoridades norte-americanas para defender os interesses comerciais brasileiros e é cedo para apontar as consequências negativas, caso a medida seja mantida. A aproximação ideológica com os EUA e o acompanhamento em votações nos fóruns internacionais em diferentes áreas, como gênero, direitos humanos, meio ambiente e religião, além de gerar desgaste na percepção externa do Brasil, não encontram reciprocidade nas nossas reivindicações. Apesar de haver aberto mão do tratamento especial e diferenciado na OMC, o governo brasileiro não recebeu apoio imediato no pedido para ingresso na OCDE. O resultado mais importante obtido até aqui foi a assinatura de acordo de salvaguarda tecnológica, que abre boas perspectivas para o País no mercado espacial global.

No momento em que se volta a falar que os EUA poderiam ressuscitar a negociação de uma área de livre-comércio nas Américas (Alca), Washington paralisa a OMC e bloqueia a indicação de juízes para o órgão de apelação, deixando países como o Brasil sem instrumento legal para recorrer contra medidas discriminatórias na área comercial. Como dizia o insuspeito John Foster Dulles, “os países não têm amigos, têm interesses”. O relacionamento com os EUA vai passar por mais um teste importante quando for realizada a licitação para a aquisição de tecnologia para a implantação do sistema 5G. Como ficará a cooperação com os EUA em áreas sensíveis se ganhar uma empresa chinesa, como a Huawei? Pragmatismo e realismo deveriam prevalecer acima de questões ideológicas nas relações com os EUA, um de nossos principais parceiros.

EX-EMBAIXADOR DO BRASIL EM WASHINGTON E EM LONDRES, PRESIDE O IRICE

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 03/12/2019****Seção: Mercado****Autor: Patrícia Campos Mello e Eduardo Cucolo****Título: Trump diz que vai retomar tarifas sobre aço do Brasil**

Trump acusa Brasil e Argentina de manipular câmbio e impõe sanções

Sobretaxa atinge alumínio e aço, que já têm restrições; medida é vista como manobra eleitoral

O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou nesta segunda-feira (2), em seu perfil no Twitter, que os Estados Unidos irão impor tarifas sobre importações de aço e alumínio do Brasil e da Argentina. A medida seria uma resposta às intervenções que ambos países teriam feito no câmbio, prejudicando agricultores americanos.

“Brasil e Argentina desvalorizaram fortemente suas moedas, o que não é bom para nossos agricultores”, tuitou Trump. “Portanto, com vigência imediata, restabelecerei as tarifas de todo aço e alumínio enviados aos Estados Unidos por esses países.”

Trump também pediu que o Federal Reserve (banco central dos EUA) impeça que países tomem vantagem de um dólar mais forte, desvalorizando suas moedas.

O tuíte de Trump caiu como uma bomba no governo brasileiro. O Planalto e o Itamaraty foram pegos de surpresa e preparam argumentos para provar que a desvalorização do real não é proposital.

Representantes dos setores de alumínio e aço também foram surpreendidos por Trump, em especial porque alumínio e aço já têm tratamento diferenciado. Em março de 2018, Trump estabeleceu tarifas sobre o aço e o alumínio importados pelos Estados Unidos —inclusive do Brasil.

As exportações de produtos de alumínio brasileiro para os Estados Unidos pagam sobretaxa desde 1º de junho de 2018, de acordo com a Abai (Associação Brasileira do Alumínio).

Em nota, o presidente-executivo da Abai, Milton Rego, diz que, em 2018, o governo Trump abriu a possibilidade de substituir a sobretaxa por cotas limitadas de exportação. “Optamos pela sobretaxa e seguimos assim desde então”, disse o comunicado.

Segundo dados da Abai, os Estados Unidos representam 43% das exportações brasileiras de semimanufaturados e manufaturados de alumínio.

De janeiro a outubro de 2019, o Brasil vendeu 52 mil toneladas de produtos de alumínio nos Estados Unidos — 47 mil toneladas com sobretaxa de 10%.

No caso do aço, a tarifa imposta era de 25%. Mas o Brasil negociou e trocou por cotas equivalentes à média das exportações de 2015 a 2017, no caso dos aços semiacabados (80% das vendas), e limitados à cota de 70% da média dos três anos para aços acabados.

Também em nota, o Instituto Aço Brasil diz que recebeu com perplexidade a decisão e que ela pode prejudicar a indústria produtora de aço americana, dependente de semiacabados do Brasil para operar as suas usinas.

“O Instituto Aço Brasil reforça que o câmbio no país é livre, não havendo por parte do governo qualquer iniciativa no sentido de desvalorizar artificialmente o real e a decisão de taxar o aço brasileiro como forma de ‘compensar’ o agricultor americano é uma retaliação ao Brasil, que não condiz com as relações de parceria entre os dois países”, diz o instituto.

Analistas avaliam que aposição de Trump tem um claro contexto eleitoral. A guerra comercial contra a China vem causando prejuízos a agricultores de estados essenciais na eleição de 2020.

Considerando o ano fiscal americano (que começa em outubro e termina em setembro do ano seguinte), as exportações agrícolas dos Estados Unidos para a China em 2017, antes da guerra comercial, foram de US\$ 21,8 bilhões.

Trump impôs tarifas sobre produtos chineses em julho de 2018 e, naquele ano, as vendas para a China caíram a US\$ 16,2 bilhões. No ano fiscal de 2019, encerrado em setembro, ficaram em US\$ 10 bilhões.

A China passou a comprar muitos desses produtos agrícolas do Brasil e da Argentina, além de intensificar os investimentos da Iniciativa Cinturão e Rota, de obras de infraestrutura em vários países fornecedores de produtos agrícolas.

De quebra, Trump ainda faz um aceno ao chamado Cinturão da Ferrugem, estados como Michigan, Ohio, Pensilvânia, que têm concentração de siderúrgicas e sofrem com a concorrência chinesa — e também são estados-pêndulo, que decidem eleições.

“Precisamos que aliados e amigos também sigam as regras do jogo”, afirmou Kellyanne Conway, estrategista de Trump, justificando as tarifas sobre o Brasil e a Argentina.

Para a política externa de Bolsonaro, a medida é um duro golpe. Sua gestão abriu mão do tratamento especial na OMC (Organização Mundial do Comércio) a pedido do governo Trump, que quer modificar o mecanismo para não dar vantagem à China em negociações comerciais.

Em troca, Trump anunciou apoio às ambições brasileiras de iniciar o processo de entrada na OCDE, o clube dos ricos —esse apoio não se concretizou. Em agosto, em carta à organização, Washington reiterou o apoio às candidaturas de Argentina e Romênia.

O Brasil ampliou e renovou neste ano cotas sem tarifa para importação de etanol e trigo, reivindicações americanas. Mas os EUA não removeram barreiras sanitárias que impedem a importação de carne bovina “in natura” nem anunciaram modificações na proteção do açúcar americano, outro pedido brasileiro.

Por fim, o Brasil votou pela primeira vez em 27 anos contra a resolução anual da ONU que condena o embargo econômico americano a Cuba. Apenas Israel e Estados Unidos deram o mesmo voto.

O máximo de sinalização positiva que Trump deu a Bolsonaro foi o início de testes para participar do Global Entry, programa que facilita a entrada de viajantes frequentes e pré-aprovados aos EUA, mas não os isenta de visto.

O testes antecedem a fase piloto e, só depois, ocorre a execução plena do programa. Vários países da América Latina, como Argentina, México, Colômbia, Panamá, já fazem parte do Global Entry.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/12/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Declaração de Trump de que Brasil desvaloriza o real surpreende governo

Além de negar manipulação do câmbio, país vai argumentar que sobretaxa ao aço prejudicaria indústria carvoeira dos EUA

SÃO PAULO E BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro foi surpreendido com a acusação do presidente Donald Trump de que o Brasil desvaloriza o real. Com a alta do dólar, o Banco Central tem feito intervenções para conter picos de volatilidade da moeda americana.

Trump afirmou, em rede social, nesta segunda (2), que vai sobretaxar o aço e o alumínio importados do Brasil e da Argentina em razão de manipulação do real e do peso.

Em Brasília, Bolsonaro afirmou ter canal de diálogo com o colega americano e disse que o ministro Paulo Guedes (Economia) está à frente das conversações.

O vice-presidente Hamilton Mourão, em evento com empresários em São Paulo, afirmou que “não está acontecendo” desvalorização artificial da moeda brasileira. Ele, porém, evitou criticar Trump.

“Isso é característica da tensão geopolítica que estamos vivendo que gera protecionismo. É um movimento anticíclico em relação à globalização”, disse na Fiesp (federação das indústrias de São Paulo).

O vice-presidente afirmou que a ascensão da China “abriu oportunidades para países” como Brasil “no sentido de dinamizar” as exportações, o desenvolvimento de tecnologia e a captação de investimentos em infraestrutura.

Na semana passada, quando o dólar atingiu R\$ 4,21, Guedes afirmou em Washington que “é bom se acostumar” com câmbio mais alto. Ele ressaltou que a consequência seriam aumento das exportações brasileiras e queda nas importações.

Para interlocutores do ministro, entretanto, a fala de Guedes não motivou a declaração de Trump. Para eles, faria algum sentido dizer que a afirmação de Guedes provocou o anúncio do Trump se a Argentina não estivesse no mesmo pacote.

Assim como afirmado por Mourão, interlocutores da equipe de Guedes lembram que o Brasil pratica câmbio livre, e as intervenções do BC têm sido feitas para dar liquidez ao mercado.

A equipe econômica ainda tenta entender qual será a medida a ser adotada pelos EUA contra os produtos brasileiros.

O secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, foi escalado para centralizar os trabalhos, que são conduzidos em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, de Ernesto Araújo.

Nesta segunda, em nota conjunta dos Ministérios da Economia, da Agricultura e das Relações Exteriores, o governo afirmou que “trabalhará para defender o interesse comercial brasileiro”.

De acordo com o texto, o Brasil também vai agir para “assegurar a fluidez do comércio com os EUA, com vistas a ampliar o intercâmbio comercial e aprofundar o relacionamento bilateral, em benefício de ambos os países”.

Nos bastidores, a estratégia do Brasil será, além da negação de desvalorização artificial do real, a argumentação de que as tarifas podem prejudicar a indústria carvoeira dos EUA.

De acordo com interlocutores ouvidos pela Folha, no material em preparação que deve ser usado nas conversas com as autoridades dos EUA, o governo brasileiro deverá afirmar que o aço exportado aos EUA não compete com a siderurgia daquele país nem representa um risco para os empregos locais.

Segundo pessoas que acompanham o tema, será destacado que a maior parte das vendas aos EUA é de aço semiprocessado, que serve de insumo para a indústria americana.

O governo Bolsonaro deverá lembrar ainda que o Brasil é grande importador de carvão americano, que é usado justamente para a produção de aço.

O aço é uma liga de ferro e carbono, e, para sua produção, segundo informações do Instituto Aço Brasil, o carvão mineral é usado para alcançar altas temperaturas (1.500 °C) para a fusão do minério. O carvão ainda remove o oxigênio do ferro em um alto forno.

Dessa forma, a avaliação do Brasil é que uma redução nas exportações de aço para os EUA —em razão da sobretaxa— deverá afetar a indústria americana de carvão.

No ano passado, quando Trump anunciou tarifas ao aço brasileiro, o Instituto Aço Brasil já havia usado o argumento da compra de carvão dos EUA para tentar removê-lo da sobretaxa.

Na campanha eleitoral, Trump prometeu revitalizar a indústria carvoeira do país. Em 2020, ele deverá concorrer à reeleição.

Na manhã desta segunda, na saída do Palácio do Alvorada, Bolsonaro afirmou que, se for preciso, telefonará para Trump. “Vou conversar com o Paulo Guedes. Se for o caso, ligo para o Trump. Eu tenho um canal aberto com ele”, disse.

Mais tarde, em entrevista à Rádio Itatiaia, ele disse não considerar a ameaça de Trump como uma retaliação e disse ter “quase certeza” de que o presidente americano atenderá o pedido brasileiro de revisão da medida.

À tarde, em evento no Palácio do Planalto, Bolsonaro e Guedes não trataram do episódio do aço e do alumínio.

Chanceler brasileiro, Araújo afirmou que o presidente ainda não havia procurado Trump. “Por enquanto, estamos no nível técnico, está nesse nível de entender a medida.”

O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, também afirmou que o presidente ainda não havia ligado para Trump por estar esperando mais informações. Ivan Martínez-Vargas, Angela Boldrini, Bernardo Caram, Fábio Pupo, Gustavo Uribe e Ricardo Delia Coletta

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/12/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Banco do Brasil entra no radar das privatizações

Segundo fontes, tema já foi abordado em reunião do Programa de Parcerias de Investimentos. Primeiro passo seria convencer o presidente Jair Bolsonaro a aceitar a venda, que não ocorreria no curto prazo, mas até o fim do mandato

BRASÍLIA- O ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe se preparam para iniciar um processo que pode levar à privatização do Banco do Brasil (BB), segundo fontes que acompanham de perto o programa de desestatizações do governo federal. O primeiro passo para essa medida será Guedes convencer o presidente Jair Bolsonaro a aceitar vender o banco público, de acordo com essas fontes.

A privatização do Banco do Brasil, porém, não seria feita no curto prazo, podendo ocorrer até o fim do mandato, em 2022. Em nota, o Ministério da Economia informou que o governo Bolsonaro “não pretende privatizar Banco do Brasil, Caixa e Petrobras”. O banco não comentou.

Apesar da negativa, o tema já é alvo de discussões dentro do governo. A privatização do BB chegou a ser abordada durante reunião do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o braço de privatizações do governo federal, há duas semanas.

— O ministro tenta convencer o presidente a já colocar o Banco do Brasil nas privatizações que serão enviadas ao Congresso no próximo ano, para deixar uma lista mais parruda — disse outra fonte que participa da interlocução com os parlamentares.

O presidente da instituição, Rubem Novaes, é um dos grandes defensores da medida dentro do governo. Ele já chegou a afirmar que a privatização do Banco do Brasil seria inevitável.

Em entrevista ao GLOBO, publicada no domingo, Guedes disse que uma privatização particularmente poderia render R\$ 250 bilhões, sem especificar a qual estatal se referia. Duas empresas públicas, com ações negociadas na Bolsa de Valores, teriam potencial para superar as centenas de bilhões: BB e Petrobras.

Segundo a consultoria Economática, o BB tem hoje valor de mercado de R\$ 133 bilhões. A parcela que pertence à União equivale a R\$ 66 bilhões.

A economista Elena Landau avalia como positiva a eventual privatização do BB, mas defende que mais empresas sejam incluídas na lista.

— A privatização vai na linha do Banco Central de aumentar a competição do setor financeiro. A modelagem tem que ser nesse sentido. Tem que ter capital estrangeiro. Apesar de achar pouco, está no caminho certo — afirmou.

Para ela, o único problema político que poderia ser um entrave à privatização seria o crédito agrícola:

— O BB já mudou governança, fez desinvestimentos, está sendo preparado para venda. O único nicho de oposição no BB é o crédito agrícola.

Guedes tem o desejo de vender todas as empresas públicas, mas sabe das dificuldades políticas e burocráticas para atingir esse objetivo. Por isso, emissários do ministro começaram a sentir o clima do Congresso sobre como determinadas privatizações seriam recebidas pelos parlamentares.

É preciso lei específica para privatizar Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A avaliação inicial de integrantes da ala política do governo foi que haveria pouca resistência a uma eventual privatização do BB, gerando menos dificuldades ao governo, enquanto deputados e senadores não aceitariam vender a Caixa.

A equipe do ministro vê numa eventual privatização do Banco do Brasil uma maneira de baratear e diversificar o acesso ao crédito no país. O setor é considerado altamente concentrado e pouco competitivo por integrantes da equipe econômica. E essa concentração, dizem os integrantes do governo, pune consumidores e empresas. Por isso, a preferência seria que o banco fosse administrado por uma empresa estrangeira.

O banco já vendeu sua participação na resseguradora IRB, fez oferta secundária de ações, e vendeu fatia na BB Seguridade, na Neoenergia, na Cibrasec e na SBCE.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/12/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Mais de mil funcionários aderem ao PDV da BR Distribuidora

A partir do próximo dia 10, a BR Distribuidora vai iniciar o desligamento dos funcionários que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária. Ao todo, 1.181 funcionários aderiram ao PDV. Com a saída desses empregados, a companhia, que foi privatizada em julho, deverá atingir o número de pessoas planejado pela nova direção — ou seja, ficar com aproximadamente 2 mil empregados contratados.

O PDV só não foi concluído no Rio Grande do Sul, por força de uma liminar que estendeu o prazo do programa por 30 dias. Assim, ele deve ser encerrado no próximo dia 12. O programa chegou a ser suspenso em nível nacional por dez dias por conta também de liminar, derrubada no último dia 28.

De acordo com a companhia, além do número excessivo de empregados, os salários também estão entre 30% e 40% acima dos valores pagos pelas empresas concorrentes.

Em julho passado, a BR foi privatizada por meio de uma operação na Bolsa de Valores de São Paulo, na qual a Petrobras reduziu significativamente sua participação na distribuidora, de 71% para 37,5%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/12/2019

Seção: Economia

Autor: ELIANE OLIVEIRA, HENRIQUE GOMES BATISTA, JUSSARA SOARES E DANIEL GULLINO

Título: Trump anuncia taxaço do aço do Brasil e da Argentina

SOBRETAXA AO AÇO

Trump anuncia retaliação a Brasil e Argentina por 'desvalorização maciça'

BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO- O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou ontem que voltará a sobretaxar o aço e o alumínio do Brasil e da Argentina, o que representa uma derrota política para o governo brasileiro em sua estratégia declarada de aproximação com os americanos. O presidente Jair Bolsonaro e sua equipe foram surpreendidos, logo pela manhã, com a postagem de Trump em uma rede social.

“O Brasil e a Argentina têm liderado uma desvalorização maciça de suas moedas, o que não é bom para os nossos agricultores. Portanto, com efeito imediato, restaurarei as tarifas de todos os aços e alumínio enviados para os EUA a partir desses países”, escreveu Trump no Twitter.

Em novembro, o dólar teve alta de 5,7% frente ao real. Um dos fatores foi justamente a preocupação com a guerra comercial entre EUA e China. A acusação de manipulação cambial foi prontamente rebatida por especialistas.

— Nem o Brasil nem a Argentina têm interesse em desvalorizar suas moedas. O câmbio no Brasil é flutuante. E flutua mais em função de besteiras que o Trump fala — afirmou o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

O presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Mello, também rebateu a afirmação de Trump: — O Brasil não é a China. Aqui, o câmbio é livre, não há manipulação de moeda.

Em agosto de 2018, o setor de alumínio negociou com os americanos a sobretaxa de 10% sobre as exportações de alumínio, e o siderúrgico firmou um acordo para não ser tributado em 25%. Brasil, Argentina e Coreia do Sul aceitaram um regime de cotas.

MENOR PODER DE BARGANHA

A medida protecionista é mais um revés na relação com os EUA. O Brasil não conseguiu o apoio efetivo dos americanos para entrar na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) nem a abertura para vender carne bovina in natura aos EUA — apesar de o governo brasileiro ter cedido em várias áreas, como na importação de etanol e trigo.

O professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Thiago Galvão, observa que o Brasil investe mais na relação bilateral do que os americanos: — Trump mostra que é ele quem manda na política externa brasileira, e o Brasil perdeu completamente seu poder de barganha.

Para o Aluisio de Lima-Campos, economista e professor de política comercial da American University, em Washington, o episódio mostra que só o Brasil via a relação com os EUA como especial.

— Até onde se pode ver, há uma relação pessoal entre os presidentes Bolsonaro e Trump, mas até que ponto isso serve de garantia? — questiona.

— Você está lidando com um indivíduo (Trump) completamente imprevisível, que hoje é uma fonte de incertezas de investimentos.

O professor aponta ainda a pressão do setor agrícola americano, prejudicado pelo fato de a China ter passado a comprar de Brasil e Argentina.

E, ao constatar que a guerra comercial com a China é de difícil solução, Trump queria abrir novas batalhas para apresentar a seu eleitorado. Uma disputa com Brasil e Argentina tem grandes chances de vitória e pouco impacto global. De quebra, ajuda a pressionar Bolsonaro a não ter uma relação tão boa com os chineses.

ALVO PODE SER A CHINA

Outra hipótese é que Trump use a taxaçoão do aço para, na mesa de negociaçoão, conseguir do Brasil um compromisso de não vender tantos produtos agrícolas à China.

— Desde que houve esta guerra comercial entre EUA e China, os chineses estão substituindo a compra de produtos agrícolas com o Brasil e a Argentina. Isso irrita o eleitorado de Trump no interior do país, que pede ações — disse Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute e da diretora da Johns Hopkins University, em Washington.

Fontes próximas ao governo brasileiro também temem que a atitude de Trump tenha relação com a fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, em Washington, na semana passada, que disse não se importar com a cotaçoão do dólar.

‘SOMOS UM GRANDE PARCEIRO’

O governo brasileiro adotou tom de cautela. Bolsonaro negou haver um problema na relação bilateral e delegou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, a missão de conversar com os americanos.

— Falei agora há pouco com a equipe econômica. Paulo Guedes está entrando em contato com o governo americano para tratar desse assunto. Caso não tenha sucesso, eu liguei para o presidente Trump. Sabemos que tem eleição no

ano que vem. Isso faz parte de sua estratégia política. Mas somos um grande parceiro. Acreditamos que dá para solucionar essa questão. É possível negociação — disse o presidente ao “Jornal da Record”, ontem à noite.

Os ministérios da Economia, da Agricultura e das Relações Exteriores afirmaram, em nota, que o governo vai trabalhar para defender o interesse do Brasil. Em uma avaliação reservada, fontes admitiram, porém, que a negociação com os EUA “não será resolvida de hoje para amanhã.”

— Essa medida não nos preocupa e não nos tira do trilho de uma relação mais profunda. É uma relação muito dinâmica, existem várias coisas que já conseguimos — disse o chanceler Ernesto Araújo.

Apesar da medida de Trump, o dólar fechou ontem em queda de 0,64%, a R\$ 4,212. O Ibovespa avançou 0,64%, aos 108.927 pontos. As ações da CSN subiram 4,54%. Usiminas teve alta de 1,4%, e Gerdau, de 0,86%. Analistas lembram que a CSN tem unidades nos EUA, e a Usiminas vende mais no Brasil.

Colaborou Gabriel Martins

OUTRAS FRUSTRAÇÕES COM OS EUA

Candidatura à OCDE

Em troca do apoio dos EUA à candidatura na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o governo brasileiro abriu mão do status de país em desenvolvimento na OMC. Os EUA, porém, recomendaram as candidaturas de Romênia e Argentina.

Carne ‘in natura’

Dois anos após fecharem o mercado para a carne bovina do Brasil, as autoridades sanitárias dos EUA ainda não se convenceram de que o produto está de acordo com as normas americanas. Isso frustrou o governo brasileiro, que esperava que o embargo acabasse este ano.

Etanol

O Brasil pediu aos EUA maior acesso à exportação de açúcar ao mercado americano. Não conseguiu nada até agora, embora tenha ampliado em 150 milhões de litros o volume de etanol importado daquele país, isento de Imposto de Importação.

Trigo

O governo brasileiro aumentou de 1 milhão para 2 milhões de toneladas a cota de importação de trigo em grão, com redução tarifária de 15% para zero. A medida beneficia os produtores de trigo americanos. Não houve contrapartida para o Brasil.

Boicote à OMC

Por causa de um bloqueio dos EUA, o Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) perderá dois de seus árbitros na semana que vem e ficará impedido de funcionar, pois é preciso um mínimo de três juízes. O Brasil é um dos países mais prejudicados.

Visto

Sem contrapartida, o presidente Jair Bolsonaro eliminou a exigência de visto de cidadãos americanos que vierem ao Brasil. A medida ainda contemplava — também sem reciprocidade — pessoas oriundas da Austrália, do Canadá e do Japão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Vão transportar de caminhão?

O país toda hora descobre gás, mas parou de investir em gasoduto. Enquanto isso, ontem, era inaugurado um gasoduto de quase 3.000 km ligando campos de gás natural da Rússia com a China, investimento de US\$ 55 bilhões.

País da piada pronta

Aliás, a Petrobras colocou ontem à venda os campos de Dó-Ré-Mi e... Rabo Branco. E o que é pior: ficam em Sergipe, minha terra.

‘TRUMP AUMENTA TARIFA DE AÇO BRASILEIRO’

Goste você ou não deles, Trump e Xi Jinping duelam no comércio exterior com profissionalismo. É um jogo de xadrez sofisticado. Já Bolsonaro, que não sabe a diferença de aço plano para plano do aço, aconselha-se com o olavista Ernesto Araújo, o chanceler que acha que “a fé em Cristo significa hoje lutar contra o Globalismo”. Tamo f...

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/12/2019****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Por ironia, inimigo dos EUA somos nós**

O setor do agronegócio dos Estados Unidos é o que mais está sentindo o efeito da guerra comercial criada pelo presidente Trump contra a China. Por isso, ontem, ele inventou um inimigo externo, tática que sempre usa para camuflar seus erros. Desta vez, o inimigo somos nós. E conosco, por ironia, está a Argentina. Os dois países estariam, na delirante explicação de Trump, desvalorizando a moeda deliberadamente para aumentar suas exportações. E de novo mira no aço e no alumínio que já enfrentaram barreiras no governo dele.

Esse é o estilo Trump. Ele cria uma crise contra outros países, dá aos produtores americanos a impressão de que está agindo, e depois faz da retirada do problema, que ele mesmo criou, a sua vitória. Caberá à diplomacia brasileira defender os interesses do Brasil. Ela poderá constatar neste caso o que tem sido dito por todos os analistas que entendem de diplomacia e de comércio exterior, sobre a natureza das relações internacionais.

O que Trump mostrou ontem ao governo Bolsonaro é que países têm interesses e não amigos ideológicos. A resposta de Bolsonaro de que ligaria para ele porque são amigos é patética, tanto que no final do dia já tinha recuado. É preciso ter uma resposta formulada de maneira estratégica. Trump tudo faz de caso pensado e numa entrevista, depois dos ataques matinais no Twitter, voltou a falar contra o Brasil, argumentando que a desvalorização cambial estaria sendo “muito injusta para os nossos industriais e muito injusta para os nossos fazendeiros”.

O que Trump quer? Provavelmente ele está incomodado com a queda da exportação do agronegócio americano para a China, especialmente grãos e proteína animal. Parte da queda se explica pela retaliação chinesa à guerra que Trump iniciou. O governo americano chegou a elevar muito os subsídios à soja, o que desorganiza o mercado. Trump cria um caso na expectativa de falar para o seu público e depois exigir algo. A tática é pôr o bode na sala e depois pedir algo para tirar o bode.

Se ele quiser qualquer coisa que seja auto limitação das exportações do agronegócio para outros países será inaceitável. Mas com Trump é preciso sempre esperar pelo pior.

Nos ataques ao Brasil e à Argentina, ontem, o presidente Donald Trump está tentando confundir uma vez mais. Ele fez referência aos produtores agrícolas antes de dizer que elevaria as tarifas do aço e do alumínio. Em um dos tweets, disse que deu uma grande redução de tarifas ao Brasil. Mentira. Ele elevou as tarifas e depois recuou do aumento no aço, mas impôs cotas ao país. Os exportadores de aço aceitaram essa limitação quantitativa e as exportações caíram este ano 16%. Ou seja, a desvalorização do real nem poderia ajudar a estimular a exportação porque há um limite físico. No alumínio, a indústria brasileira não aceitou a cota e foi mantida a sobretaxa de 10%.

O dólar tem subido no mundo inteiro por inúmeros fatores, e um deles é a incerteza que Trump cria. O Brasil tem outros problemas internos, e a Argentina, ainda mais. Lá, houve inclusive um acordo entre o governo que sai e o governo que entrará no dia 10 de dezembro para impedir a continuação da desvalorização. Eles impuseram aos argentinos o “cepo”, uma restrição de acesso à moeda americana.

Nada do que Trump disse ontem fica em pé. Ele nada tem a reclamar do Brasil, que nos últimos anos acumulou muito déficit na comércio com os EUA. No ano passado, em dez meses, houve um pequeno superávit para o Brasil, de US\$ 50 milhões. Este ano, o superávit dos Estados Unidos está em US\$ 1,1 bilhão. Ao mesmo tempo, a exportação brasileira para a China recuou US\$ 1,6 bilhão e o saldo comercial encolheu em US\$ 1,8 bi. A exportação de soja do Brasil para a China recuou 26% em valor, ou US\$ 6,2 bilhões, e o volume teve queda de 16%. A corrente de comércio com a China caiu de US\$83 bilhões de janeiro a outubro de 2018 para US\$ 81 bilhões no mesmo período de 2019. Este ano, por sinal, tem sido de quedado comércio internacional, por culpa de Trump.

O real não está sendo desvalorizado para estimular a exportação, e os números não mostram qualquer sinal de “comércio injusto” por parte do Brasil. A ironia de tudo isso é que a diplomacia de Bolsonaro estava brigando com a Argentina e declarando I love you para Trump. Agora está de cara com a realidade dos fatos: Brasil e Argentina estão no mesmo barco enfrentando o protecionismo americano e a acusação injusta de estarem manipulando o câmbio para ganharem no comércio internacional.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/12/2019

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel/Augusto Fernandes

Título: Trump vai sobretaxar o aço brasileiro

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pegou o governo brasileiro e os exportadores de surpresa, ontem, ao anunciar que pretende sobretaxar o aço e o alumínio do Brasil e da Argentina após a constante desvalorização no câmbio. A medida deixou a indústria nacional preocupada, pois vem na contramão do acordo bilateral firmado entre os dois países em março, quando o presidente Jair Bolsonaro realizou a visita oficial a Casa Branca. Com isso, o Brasil fica sem as esperadas contrapartidas para a abertura do mercado brasileiro de etanol para os EUA e, para piorar, engrossa o rol de frustrações do governo de uma maior aproximação comercial. Washington não apoiou o Brasil para entrar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) neste ano e muito menos deu o aval esperado para a carne in natura.

“Brasil e Argentina desvalorizaram fortemente suas moedas, o que não é bom para nossos agricultores”, escreveu Trump no Twitter. “Portanto, com vigência imediata, restabelecerei as tarifas de todo aço e alumínio enviados aos Estados Unidos por esses países”, completou. Os EUA são os maiores importadores do planeta. O presidente norte-americano também pediu ao Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) para “agir da mesma forma” para que outras nações não aproveitem mais o dólar forte “desvalorizando ainda mais suas moedas”.

A divisa brasileira tem perdido força, assim como a maioria das moedas dos emergentes exportadores, devido à queda dos preços das commodities como reflexo da desaceleração do comércio global provocada pelas tensões entre EUA e China. Em novembro, o real acumulou queda de 6%, pelas estimativas do Itaú Unibanco. Essa desvalorização, entretanto, também está relacionada às tensões internas e na América Latina, à piora nos dados do balanço de transações correntes do Brasil, e às declarações polêmicas do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre câmbio e AI-5 na semana passada, que fez o dólar bater vários recordes, de acordo com analistas e economistas.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) viu com preocupação o fato de Trump acusar o governo brasileiro de manter a desvalorização do real de forma artificial e, assim, justificar barreiras ilegais às exportações brasileiras de aço e alumínio. “O real, no valor que está, pode trazer benefícios para alguns setores exportadores, mas prejudica quem importa insumos”, disse o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

Retaliação

Os EUA são um dos maiores destinos do aço brasileiro. Em março, Trump havia criado uma sobretaxa de 25% para as importações do produto e de 10% para as de alumínio. No caso do Brasil, havia feito um acordo para a retirada durante o encontro entre os dois presidentes. O Instituto Aço Brasil recebeu a decisão de

Donald Trump de restaurar as tarifas “com perplexidade”. Em nota, frisou que a decisão de taxar o aço brasileiro como forma de “compensar” o agricultor americano “é uma retaliação ao Brasil, que não condiz com as relações de parceria entre os dois países”.

Pela manhã, o presidente Jair Bolsonaro tentou minimizar a volta da sobretaxa e afirmou que pretendia telefonar para a Casa Branca. “Não vejo como retaliação, vou conversar com ele (Trump) para ver se não nos penaliza com a sobretaxa no preço do alumínio”, disse.

Mais tarde, o Ministério das Relações Exteriores informou que o governo brasileiro estava em contato com interlocutores em Washington para tratar do assunto. O titular da pasta, Ernesto Araújo, afirmou que a medida “não preocupa”. Mas admitiu que o governo quer entender os detalhes, visto que a única informação é a do tuíte de Trump. “Nossos colegas em Washington estão conversando. Com muita calma vamos chegar a um entendimento sobre isso”, comentou o chanceler. Segundo ele, Bolsonaro não ligará para Trump “por enquanto”.

Sem telefonema

No fim do dia, o porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, confirmou que Bolsonaro não faria a ligação prometida. A justificativa foi de que o “o momento é inapropriado”, visto que o presidente brasileiro “não tem todos os dados” sobre a medida anunciada pelo norte-americano. “Ainda não temos a profundidade devida sobre o tema para tomar decisão de pronto. É lógico que o presidente acompanha com interesse, visto que é fator importante para o equilíbrio da balança comercial.”

Na avaliação do economista Sidnei Nehme, diretor da NGO Corretora de Câmbio, Trump percebeu que o Banco Central demorou para atuar no mercado de câmbio e conter a desvalorização do real. “As exportações brasileiras estão em queda, principalmente, as de produtos manufaturados, em meio à crise na Argentina, um dos maiores importadores desses itens nacionais. Para o governo, não é ruim que a moeda se desvalorize, pois o país recupera um pouco de competitividade”, destacou.

Carolina Chimenti, vice-presidente assistente da Moody’s, avaliou que a restauração de tarifas de importação nos EUA para o aço do Brasil teria implicações distintas para produtores brasileiros. “Exportadores de produtos semiacabados seriam os mais afetados, uma vez que esse produto é o mais exportado para o mercado americano”, afirmou. Segundo ela, as siderúrgicas CSN e Usiminas não possuem grande exposição ao mercado norte-americano e Gerdau “poderia até se beneficiar de um maior protecionismo no mercado dos

EUA” dado que a operação da empresa naquele país seria mais rentável “dependendo de quais produtos forem taxados”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/12/2019

Seção: Economia

Autor: Anna Russi

Título: Balança: pior novembro desde 2015

Com exportações acumuladas em US\$ 17,596 bilhões e importações somando US\$ 14,169 bilhões, a balança comercial brasileira, que calcula a diferença entre exportações e importações, registrou saldo de US\$ 3,428 bilhões em novembro. Além de ser 15,9% menor do que os US\$ 4,077 bilhões alcançados no mesmo mês do ano passado, o resultado é o menor para novembro desde 2015.

Os números foram divulgados ontem pelo Ministério da Economia. No acumulado do ano, o saldo comercial teve soma US\$ 41,079 bilhões, valor 20,4% inferior ao do mesmo período de 2018, quando atingiu US\$ 51,605 bilhões. Também é o pior resultado para o período em quatro anos, quando atingiu US\$ 13,303 no acumulado dos 11 primeiros meses de 2015.

O subsecretário de Inteligência e Estatísticas da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, Herlon Brandão, disse que a queda nas exportações do ano, que recuaram 7,2%, faz parte do movimento de desaceleração do comércio mundial. Segundo ele, os principais países que reduziram suas compras com o Brasil foram a China e a Argentina. “São três anos de crises do terceiro maior parceiro comercial do Brasil, isso impacta bastante. Com a Argentina, principalmente nas vendas de automóveis”, ressaltou. No entanto, em sua avaliação a linha de importações ao longo do ano é de melhora, com alta na demanda no país.

Tanto as vendas para o exterior como as compras brasileiras originadas de países estrangeiros recuaram 16% em relação a novembro de 2018. Entre as exportações, o destaque ficou com produtos manufaturados, que tiveram queda de 25,6%. Os produtos básicos e semimanufaturados recuaram 9,5% e 9,2%, respectivamente. Já as importações, foram puxadas pela redução de 54,2% nas compras de bens de capital e 9,7% nos bens intermediários. Por outro lado, a importação de combustíveis e lubrificantes e de bens de consumo avançaram 16,4% e 0,3%, respectivamente.

No ano, o Brasil já exportou o equivalente a US\$ 205,863 bilhões, com média diária de US\$ 887 milhões. No ano passado, a média era de US\$ 956,2 milhões por dia. As importações totalizaram US\$ 164,783 bilhões até novembro de 2019. A média foi de US\$ 710 milhões por dia, ante US\$ 731,8 milhões. O resultado de novembro já contabiliza a revisão de US\$ 3,817 anunciada pelo Ministério da Economia na semana passada. Com a alteração no resultado parcial, por conta de uma falha, até 24 de novembro, passou de um deficit de US\$ 1,099 bilhão para superavit de US\$ 2,717.

O diretor de Desenvolvimento do Serviço de Processamento de Dados (Serpro), Ricardo Jucá, explicou que a falha se deu por uma modernização do sistema. “Houve uma não observância no uso de uma consulta ao banco de dados, que não estava retornando a totalidade dos registros de exportações no período”, disse. Ele garantiu que o problema já foi corrigido.

- **Top 10**

Os maiores compradores do Brasil (em US\$ milhões)

País/bloco	Exportação 2019	Média diária
China, Hong Kong e Macau	59.859	258
União Europeia	33.233	143,2
Estados Unidos	26.950	116,2
Mercosul	13.470	58,1
Oriente Médio	10.008	34,1
Argentina	9.005	38,8
África	6.956	30
Japão	4.765	20,5
México	4.477	19,3
Coreia do Sul	3.147	13,6

Fonte: *Ministério da Economia*

MME / ASCOM .